

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

IGOR MAGALHÃES MOREIRA

**Gênero e Sexualidade/ Educação e Geografia: reflexões sobre os documentos
oficiais e o currículo como território em disputa**

Orientadora: Prof^a Dr^a Glória Anunciação Alves

Trabalho de Graduação Individual II

São Paulo
2018

IGOR MAGALHÃES MOREIRA

**Gênero e Sexualidade/ Educação e Geografia: reflexões sobre os documentos
oficiais e o currículo como território em disputa**

Versão Original

Trabalho de graduação individual
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para Obtenção do
título de Bacharel e Licenciatura em Geografia

Orientadora: Profª Drª Glória Anunciação Alves

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mg Moreira, Igor Magalhães

 Gênero e Sexualidade/ Educação e Geografia: reflexões sobre os documentos oficiais e o currículo como território em disputa / Igor Magalhães Moreira ; orientadora Glória Anunciação Alves. - São Paulo, 2018.

 60 f.

 TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

 1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Território. 4. Currículo. I. Alves, Glória Anunciação, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais que me apoiaram em todos os sentidos durante esses quase seis anos de graduação e que sem eles eu não poderia ter chegado tão longe. Também agradeço a Irene, minha tia, que foi meu anjo da guarda em São Paulo todas as vezes que precisei de socorro, conselhos e conversas. A minha tia e minha mãe também fica o agradecimento também por serem grandes professoras e servirem sempre de inspiração para a profissão.

Agradeço também a todos meus amigos e minhas amigas que fiz durante esse tempo na Universidade de São Paulo, passando por vários trabalhos de campo, aulas e greves. À minhas amigas Denise e Thais que conheci no estágio na Emplasa em 2014, e a Ana Marília que me aconselharam sempre nas escolhas universitárias e da vida, além de serem ótimas companhias. Às minhas amigas Ana Clara e Thais e ao meu amigo Brunno por todas as noites sentadas na sala do apartamento conversando sobre a vida, sobre o futuro, obrigado pelos conselhos, pelas risadas e drinques.

Aos meus amigos Amanda, Thiago, Maiara, Mariana, Luísa e Dani que mesmo distantes foram âncora e apoio durante muitos momentos durante esses anos todos de graduação. Agradeço às minhas amigas Maiara, Marina e May pela amizade e companheirismo de sempre. Agradeço a cada um que fez parte da minha trajetória e que em algum momento me fez crescer como pessoa, como geógrafo e como professor. Saúdo aos professores do departamento e aos meus colegas de 2013.

Faço um agradecimento muito especial e carinhoso à pessoa que me acompanha, me compreende e me ajudou e muito nessa reta final de graduação, com toques, conselhos e discussões sobre o tema desse trabalho, além de também ter sido sempre a pessoa que permaneceu ao meu lado e me fortaleceu quando eu precisava obrigado João Luiz.

Agradeço a minha orientadora Glória pela oportunidade de ser orientado, por uma professora querida e tão prestativa a seus alunos, além também pela disposição de tempo, atenção e orientações que me foram dadas.

E por último, mas não menos importante agradeço a Haedyl que me fez refletir sobre minhas prioridades, sem suas palavras esse trabalho não teria chegado ao fim.

RESUMO

MOREIRA, I.M. **Gênero e Sexualidade/ Educação e Geografia: reflexões sobre os documentos oficiais e o currículo como território em disputa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2018.

O presente trabalho pretende discutir a importância das discussões das questões de gênero e sexualidade que perpassam a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais e que sistematicamente foram suprimidos nos planos decenais da educação no Brasil. Com a perspectiva da ciência geográfica, a partir do conceito de território, apresentará o currículo como um território em disputa e como os temas de gênero e sexualidade explicitam relações de poder que se materializam no espaço escolar de diferentes formas.

O Currículo aqui será entendido como os documentos oficiais, as leis, o material didático, o projeto político pedagógico e as ações dos professores dentro da sala de aula. Ainda nesse trabalho apresentaremos reflexões sobre dados obtidos de pesquisas realizadas sobre a discriminação nos espaços educacionais e uma consulta com professores sobre as opiniões em relação as discussões a esta temática e a formação de professores.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, PCN, Território, Currículo

ABSTRACT

This work intends to discuss the importance of the discussion about gender and sexuality issues that go through the construction of the National Curriculum Parameters which were systematically suppressed on the Brazil's decennials plans for education. With the geographic sciences perspective, based on the concept of territory, it shows this curriculum as a territory on dispute and how the gender and sexuality issues shows the power relationships that materializes in different ways among the scholar spaces.

The curriculum here will be understood as the official documents, the laws, the courseware, the pedagogic political program and teachers actions at the classroom. Still on this work, we'll show thoughts about data obtained from researches on the discrimination at the education spaces and the results of surveys filled by teachers about their opinion on the discussions over these curriculum subjects and the other teachers formation.

Key-words: Gender, Sexuality, territory, curriculum,

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS:

Tabela 1 - Comparação entre os objetivos dos Planos de Educação.....	23
Figura 1 - Consulta sobre conhecimento dos temas transversais dos PCN's.....	44
Figura 2: Consulta sobre conhecimento do tema “orientação sexual”.....	44
Figura 3: – Consulta sobre preparação dos professores em sala de aula para lidar com temas de diversidade sexual.....	45
Figura 4: Consulta sobre preparação dos professores em sala de aula para lidar com temas da desigualdade de gênero em sala de aula.....	45
Figura 5: – Consulta sobre formação de professores na temática gênero e sexualidade.....	46
Figura 6: Consulta sobre aceitação do projeto escola sem partido entre os professores entrevistados.....	47
Figura 7: – Consulta sobre ambiente escolar e discussão de desigualdades sócio-econômicas.....	47
Figura 8: Consulta sobre ambiente escolar e discussão da diversidade sexual.....	48
Figura 9 - Consulta sobre relações com diretores e coordenadores na temática de gênero e sexualidade.....	49

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	15
2.1 COMO OS ARRANJOS FAMILIARES APARECEM NOS PCNs	19
2.2 ABORDAGENS PROBLEMÁTICAS E CRÍTICA AOS PCNs.....	21
3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E COMPARAÇÕES COM O PLANO ESTADUAL E MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	23
4 O CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	27
5 IMPORTÂNCIA DO TEMA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS	38
6 OS LIVROS DIDÁTICOS	42
7 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	44
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA CONSULTA A PROFESSORES E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

“Quando as experiências humanas e a diversidade de sujeitos são ignoradas, apenas algumas experiências, alguns sujeitos e conhecimentos são considerados válidos, universais e legítimos”.

(ARROYO, 2011)

O que são as escolas se não territórios e espaços de poder. Como as territorialidades dentro do âmbito escolar são produzidas e legitimadas? Como esses territórios em disputa que é o currículo e os planos de educação podem influenciar no cotidiano das estudantes e dos estudantes na escola? O olhar crítico da Geografia pode e deve ajudar nessa discussão? São essas perguntas que orientarão o trabalho que se segue.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) estabeleceram através dos temas transversais, que questões de Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual deveriam ser abordadas nos currículos das escolas para que os alunos pudessem construir noções básicas de respeito e coletividade com o intuito de debater problemas latentes da sociedade brasileira. Assim, mesmo em um governo liberal-conservador houve um avanço enorme na inclusão de temas muito relevantes para uma educação democrática e cidadã. Esses parâmetros indicavam às escolas e professores do país todo, como e por que fazer essas abordagens no ambiente escolar.

Esse trabalho não entrará no debate sobre as críticas aos PCNs, há autores e autoras que o fazem muito bem¹, e sim demonstrar que como um documento oficial do estado brasileiro, aparece de forma sistemática e nacional pela primeira vez a sexualidade e orientação sexual na educação como tema relevante a ser discutidos por todos os professores, com orientações e objetivos específicos, e assim poder iniciar a discussão sobre como currículo representa um território em disputa ao fazer uma reflexão sobre a construção dos próximos documentos oficiais, como os planos nacionais de educação, currículos estaduais e o plano municipal de educação da

¹ Em Geografia temos OLIVEIRA, A. U de. Geografia e ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). *Reformas no mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia*. São Paulo: Contexto, 1999b. p. 43-68. E uma crítica ao panorama geral ZANLORENZI, M. J. ; LIMA, M. F. Uma *análise histórica sobre a elaboração e divulgação dos PCN no Brasil*. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2009, Campinas-SP. Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2009.

cidade de São Paulo que são posteriores aos PCNs e que tiveram a discussão da sexualidade e de gênero retirada desses documentos durante as disputas que ocorreram no âmbito político das cidades e estados.

Os PCNs foram os primeiros passos na criação de diretrizes curriculares em âmbito nacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1996). Após essa lei se tornaria obrigatório, a criação de planos políticos-pedagógicos em cada escola e também a criação de Planos Decenais de metas e objetivos a serem alcançados no Brasil, nos estados e nos municípios. E nesse mesmo contexto da reforma educacional dos anos 1990, aparecem as avaliações nacionais sendo fatores de escolhas para decisão de onde seriam feitos investimentos em educação, então os currículos voltam a ser de grande importância como centralizador do ensino, tanto para a o acompanhamento das aulas quanto para a aquisição dos livros didáticos dos sistemas de ensino.

Em 2001 foi criado o primeiro Plano Nacional de Educação, que previa um planejamento nacional de metas e desafios a serem vencidos para alcançar a educação de qualidade no país. Esse documento proporia objetivos para a educação nacional nos próximos dez anos. Apesar dos planos nacionais, estaduais e municipais não tratarem objetivamente e diretamente sobre qual e como os conteúdos serão dados, eles, no entanto tratam sobre a partir de qual perfil de educação vai ocorrer, proibindo, delimitando ou incentivando diferentes assuntos.

A temática da discussão de gênero e orientação sexual envolve a perspectiva dos direitos humanos e de uma educação democrática e cidadã, que consta na Constituição Brasileira de 1988, e por isso faremos neste trabalho a reflexão sobre a tentativa de apagamento dessas discussões nos currículos, e nos planejamentos que são discutidos nas câmaras estaduais e municipais sem a participação e construção conjunta de professores e especialistas em educação.

Compreendendo que a temática aparece em 1998 nos PCN's, há então um processo paulatino de apagamento durante os anos seguintes do tema nos currículos e planos educacionais, logo se faz o questionamento sobre como essa temática vai aparecer dentro da escola, e se diretores e professores se sentem seguros ou se tiveram formação adequada para tratar desses assuntos dentro do cotidiano escolar. O estudo propõe uma reflexão acerca de discutir se a temática da sexualidade e de gênero aparece nos documentos oficiais, nos planos decenais, nos

discursos e por fim refletir também como os PPPs das escolas podem ser criados e concebidos para que haja a discussão sobre o assunto de forma ampla e com qualidade. Além disso, compreender como as pessoas dentro do ambiente escolar e que fazem parte dessa comunidade tratam dessas questões.

A partir desse processo, também pretende refletir sobre como está a questão de gênero e sexualidade dentro das escolas públicas, como essa discussão passa despercebida e ignorada por muitos professores, tendo diferentes consequências tanto para a formação das relações de poder dentro do território escolar quanto para as diferentes sensações de pertencimento de cada integrante do espaço escolar. E aqui com o auxílio de autores e autoras SILVA (2003), LOURO (1997) e ALTMANN (2013) vamos discutir a importância da inserção dessa temática nos currículos escolares, na formação de professores e, sobretudo nos discursos dentro da sala de aula.

Discutindo os conceitos de território, territorialização e territorialidades a partir de SAQUET (2007) esse presente trabalho irá refletir sobre como a não discussão dos temas citados pode produzir diferentes hierarquias de poder em todos os espaços da escola. Ainda iremos refletir a partir de dados encontrados em pesquisas da FIPE sobre o ambiente escolar e discriminação realizada em 2011, e também uma pesquisa realizada com professores atuantes e estudantes de licenciaturas e pedagogia.

Com o olhar geográfico de construção e produção de territórios, da materialidade a imaterialidade, esse presente trabalho vai gerar reflexões sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Esse trabalho revela-se importante ao trazer uma reflexão sobre como os documentos oficiais e os currículos são construídos, às vezes, via política e nas câmaras legislativas, sem passar pelo crivo de educadores e pesquisadores da educação acabando por produzir um ensino sem reflexão na cidadania, na inclusão, na diversidade, na pluralidade e na democracia, como se exige a constituição brasileira. Pensar o currículo como território ou produtor de territorialidades é importante para retratar e explicitar as disputas cotidianas na esfera da educação e demonstrar que as realidades escolares diversas devem ser refletidas e contempladas nos documentos oficiais de planejamento para a educação e, sobretudo nos currículos.

Há também que ressaltar que mesmo muitas geógrafas e geógrafos nos recentes últimos anos escrevendo sobre geografia e gênero ou geografia e sexualidade há pouco material ainda nas universidades, pouca discussão, e pouco espaço para esses temas na ciência geográfica, sobretudo na discussão de sexualidade e geografia na escola.² Um estudo feito por pesquisadores de Geografia a partir de artigos e periódicos de 1974 a 2013, foi constatado apenas 1,2 % de artigos e pesquisas com a temática de Gênero e 0,3% abordaram a temática de Sexualidade³. Geografia e Educação são feitas a partir de corpos determinados e não apenas mentes e espíritos soltos, por isso é essencial que o assunto de gênero e sexualidade seja inserido e tratado com importância na ciência. É ainda já no processo de produção científica que a temática de gênero e sexualidade pode esbarrar na disputa por espaços de discussão.

Os tensionamentos no campo científico ocorrem pela disputa de espaços de enunciação que se materializam nas estruturas organizacionais materiais da ciência. Seja nas vagas docentes, notadamente nas pós-graduações, nas disputas de bolsas de pesquisa, nos financiamentos de projetos, nos lugares de destaque nos eventos acadêmicos de grande porte e nas publicações em periódicos científicos com melhores posições no ranking estabelecido pelas instituições formais de avaliação. (RATTS, A. et. al., 2016, p.233)

Dessa forma esse presente trabalho tem como consequência a divulgação e ampliação da discussão da temática de gênero e sexualidade na ciência geográfica.

Esse trabalho tem por objetivo a discussão da disputa política-ideológica dos termos que entram ou saem dos documentos oficiais, desde os parâmetros curriculares nacionais de 1998, passando pelo plano nacional de educação, até por planos municipais. Refletindo sobre um processo de retrocesso na política de uma educação cidadã e inclusiva, que tem consequências dentro do ambiente escolar, e também dos possíveis processos de territorialidade que o discurso, o currículo e documentos oficiais produzem na escola pública.

A partir da discussão e reflexão compreender melhor a relevância da inclusão da temática do gênero e sexualidade nas escolas. É a geografia, com base nos estudos do conceito de territórios, territorialidade, imaterialidade do território que seguirá nosso meio de refletir sobre as decisões nos campos dos documentos

² Foram encontrados apenas um artigo sobre gênero e Geografia no site da Revista Brasileira de Educação em Geografia e apenas um artigo sobre geografia, sexualidade e educação na Revista Terra Livre da AGB.

³ in CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira e PINTO, André Moraes. *A Produção Intelectual da Geografia Brasileira entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line*. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. v. 6, n. 2, p. 119 - 132, 2015.

oficiais, pois a Geografia é a ciência que frequentemente se debruça e olha criticamente sobre diversos tipos de documentos que produzem diferentes geografias, como Planos Diretores, Código Florestal e outros tipos de legislações sobre o espaço.

2 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A história do currículo reflete a história das sociedades, desde a “Ratio Studiorum”, cartilha de ensino religioso dos Jesuítas, passando pelos currículos brasileiros extremamente rígidos e disciplinados da época da industrialização e também chegando ao currículo da época da Ditadura Militar, com as disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

A primeira tentativa de unificação do currículo brasileiro foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, depois sendo revista em 1971. Em 1996 a terceira LDB, sancionada em 20 de Dezembro, Lei nº9493, surge como principal Lei nacional que baseada na constituição democrática de 1988, vai sugerir e orientar diversos assuntos a serem abordados nos currículos e documentos oficiais posteriores. É na LDB de 1996 que vai se tornar obrigatória a criação dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de educação, que deverão ser revisto a cada 10 anos, e que servirão como base e planejamento da educação brasileira.

É na LDB/1996 que é inserido os princípios de uma educação democrática e plural, ressaltamos os incisos III e IV do artigo 3º sobre os princípios básicos do ensino. III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Nesse contexto surge em 1998 o documento orientador nacional, os PCNs, e sobre esse documento vamos fazer uma pequena análise dessa primeira vez do aparecimento da temática da sexualidade e gênero num documento oficial de distribuição nacional. Já nos PCNs, no capítulo “princípios e fundamentos” aparece uma reflexão sobre a orientação de uma educação cidadã.

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (BRASIL, 1998, p. 27.).

O contexto do final do século XX e início do século XXI, trazendo à tona a responsabilidade e a necessidade da escola conseguir trabalhar direitos humanos,

educação sexual, as diferentes manifestações culturais e o combate a todo tipo de discriminação. Percebemos aqui o fato de um avanço no campo progressista da educação nunca visto nos documentos oficiais brasileiros, que estavam até então voltadas numa educação profissionalizante e ligadas ao processo industrial brasileiro, sem discussões sobre a diversidade da sociedade. Chamo atenção aqui para o primeiro objetivo geral que os PCNs trazem:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; (BRASIL 1998, p. 69,)

Em seguida no quarto objetivo geral:

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (BRASIL, 1998, p. 69)

Os PCNs trazem então como orientação às professoras e professores a discussão fundamental de temas transversais, necessários para a formação cidadã do estudante e que deveriam ser apresentados não no núcleo comum, mas em assuntos abordados e relativos a algumas aulas das diferentes áreas do conhecimento. Um desses temas transversais é Orientação Sexual. O texto traz sobre o que será encontrado no material sobre esse tema.

Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. (BRASIL, 1998, p. 287)

O que chama atenção nesse documento analisado é que no capítulo da justificativa sobre a pertinência do tema é mostrado uma pesquisa do DataFolha de 1993 que foi realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares. (BRASIL, 1998)

É preciso compreender que a expressão Orientação Sexual era entendida como Educação Sexual, no sentido de dar orientações relacionadas à sexualidade e

a problemas de saúde ligados ao sexo, e não apenas no tocante sobre as diferentes sexualidades das pessoas. É interessante perceber que em uma pesquisa em 2017, esses números não mudaram tanto, uma pesquisa encomendada pelo grupo “Católicas pelos direitos de Decidir”⁴, e realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) mostrou que 84% é a favor de se debater a igualdade entre mulheres e homens na escola e 72% das repostas eram favoráveis a professores debaterem na escola sobre o direito de viver livremente a sexualidade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais.⁵

Por que então temos acompanhados uma retirada das expressões “pluralidade”, “diversidade”, “gênero” dos planos nacionais, estaduais e municipais? Por que temos acompanhados o surgimento de um projeto de lei chamado Escola sem Partido e acompanhando várias lutas pela proibição de se poder falar sobre tais temas nas escolas?

No trecho a seguir os PCNs trazem uma discussão sobre as relações de gênero, e a desigualdade entre homens e mulheres serem construídas desde muito pequenos. Ou seja, desde muitos pequenos aprendem e são educados a ter um papel e um tipo de comportamento, que terão como consequência futura desigualdades sociais, econômicas e espaciais.

Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e transmitidas construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (BRASIL, 1998, p. 296)

Muito tem se falado em defesa da família ou que o assunto sobre gênero e sexualidade é discussão exclusiva das famílias, e nesse próximo trecho dos PCNs já

⁴ Movimento social organizado, fundado em 1993 que luta por avanços na criação de políticas e projetos voltados para a garantia dos direitos humanos da população, sobretudo sobre padrões culturais e religiosos que as mulheres católicas estão inseridas, mais detalhes em <http://catolicas.org.br/>

⁵ A pesquisa contém outros diferentes dados estatísticos sobre opinião em relação às percepções sobre a descriminalização do aborto e a educação sexual, encontrados na página do movimento.

demonstrava que a temática não é de competição ou superioridade sobre o que a família diz, mas sim de complemento.

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1998, p.299).

O corpo docente terá um papel importante na construção da formação da identidade dos estudantes, o professor pode reafirmar estereótipos e preconceitos ou desconstruí-los. Mas para isso o professor precisa ter uma formação voltada a compreensão da temática da sexualidade e de gênero, pois o professorado também está incluído dentro de uma sociedade estruturada na heteronormatividade e no machismo, portanto passível de reprodução de diferentes valores opressores da sociedade.

Se um professor disser que uma relação sexual é apenas a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para ter filhos, estará afirmando valores específicos: sexo heterossexual após o casamento, com o objetivo da procriação. (BRASIL, 1998, p.302)

Qualquer tipo de afirmação que venha do docente pode significar uma perspectiva individual excludente, ou seja, as narrativas que o professor conta podem tornar outras narrativas de vida marginalizadas. É notável que os PCNs já traziam essas questões em 1998, sobre o papel do professor na formação cidadã e inclusiva, e sobre como esses professores deveriam antes de debater essas questões no ambiente escolar, eles mesmos se encontrarem com suas dúvidas, obstáculos e dificuldades sobre o assunto. Veja que há vinte anos já se falava sobre a importância da formação do licenciado e do pedagogo sobre esses temas, pois sem isso não se alcançaria a efetividade da discussão sobre o assunto.

A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos. (BRASIL, 1998, p.303,)

2.1 COMO OS ARRANJOS FAMILIARES APARECEM NOS PCNs

Tem se discutido nos cursos de pedagogias e licenciaturas sobre a necessidade das escolas refletirem sobre as composições familiares que formam a comunidade escolar, já que há presenças de diversos tipos de composições. E mais uma vez notamos o caráter progressista dos PCNs no que se refere a abordagem dessa questão em 1998, que traz na estrutura do texto uma orientação para as escolas reverem suas posições sobre como tratar os arranjos familiares, e além de reverem, compreender a importância de refletir e agirem sobre essa demanda das escolas. Demonstrando a preocupação com os novos dados geográficos e espaciais que surgiram com o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, e da separação de casais, e mesmo a adoção por casais homoafetivos ter sido autorizada pelo STF pela primeira vez em 2015, os PCNs já apresentavam uma ressalva sobre lares ser habitados exclusivamente por homens ou por mulheres, já que a adoção por apenas uma pessoa era consentida, e até mesmo por casais aconteciam a depender de cada instância da justiça, pois dependia da interpretação de cada magistrado decidir sobre a questão antes da decisão do STF.

Os arranjos familiares, assim como os valores a eles associados, variam enormemente na realidade brasileira. O núcleo familiar pode incluir pai, mãe e filhos com outros agregados ou não. Pode-se estabelecer entre mãe e filhos ou pais e filhos. A separação dos pais pode dar origem ao compartilhar de duas casas, com duas famílias, incluindo padrasto e madrasta. A adoção de filhos, o peso do sustento da família por parte da mulher, o compartilhar da mesma casa por casal que se separou são outros elementos presentes nas estruturas familiares. Muitas crianças e adolescentes vivem em lares habitados exclusivamente por homens ou por mulheres. O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu significativamente no Brasil, indicando tanto os novos rumos sociais da mulher quanto à inviabilidade da manutenção de relações homem-mulher, montadas sobre vínculos pouco consistentes. (BRASIL, 1998, p. 304)

Por fim o conteúdo do texto dos PCNs nos surpreende ao falar sobre todas essas questões de gênero e sexualidade de forma exemplificada. Surpreende-nos devido conjuntura recente da retirada sistemática desses assuntos na criação dos planos decenais e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois faz parecer que o assunto de fato nunca foi tratado ou minimamente pensado como relevante para o contexto escolar.

O trabalho com Orientação Sexual supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões da sexualidade, como a atração homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo. (BRASIL, 1998, p. 316)

Fica evidente que o texto sobre Orientação Sexual dos PCNs se encontra muito voltado com a preocupação da saúde e um disciplinamento dos corpos, pois trata bastante sobre gravidez indesejada na adolescência e a contaminação por DSTs, devido a epidemia da AIDS vivida nos 1980/1990, mas não ficou apenas nessa questão e trouxe orientações e reflexões sobre questões de estereótipos de gênero e vivências de outras sexualidades, o que caracteriza um caráter progressista dos PCNs. Alguns objetivos gerais do tema transversal:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;
- Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos;

2.2 ABORDAGENS PROBLEMÁTICAS E CRÍTICA AOS PCNs

Até aqui falamos sobre a característica progressista e cidadã dos PCNs, todavia foram encontradas algumas incorreções sobre algumas expressões do texto, como a expressão Hermafroditismo, que tem natureza médica e que o correto é que seja dito a expressão pessoas Interssexuais, e a expressão Transexualismo, que denota doença, sendo o correto o termo transexualidade. Reforçando então que na década de 1990 ainda era muito incipiente a discussão da transexualidade nas escolas, o que iremos debater mais a seguir neste trabalho. Foi apenas em 2018 que a transexualidade foi retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998 em sua maioria tem um caráter progressista e apresenta um texto bem desenvolvido e bem justificado, orientando e apresentando de maneira correta a temática da Orientação Sexual nas escolas. Na teoria temos pela primeira vez um documento oficial nacional que escreve e orienta de diferentes formas que discutir nas escolas sobre gênero e sexualidade é urgente e extremamente necessário. Nos PCNs é demonstrado como apresentar o tema em várias disciplinas, seja Geografia, Biologia, Educação Física, História e até mesmo Matemática.

Notamos que os PCNs são formulados no contexto de epidemia da AIDs e ainda das decisões recentes da OMS em retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais em 1990, assim pensamos que ainda que o PCN tenha esse predisposição progressista notamos que ainda sim está atualmente datado pois apresenta incorreções em suas expressões, por isso precisaria ser revisto e ampliado nas questões sobre sexualidade humana.

Apresenta também que a presença desse tema na escola reforça a necessidade que os professores no processo de formação tenham acesso a discussão e pesquisas que embasam e os tornem seguros de levar o debate para as escolas. Por isso permitem-se inferir que o documento dos PCNs deveria ser lidos e debatidos nos cursos de formação de professores devido a essas novas concepções e orientações para educação que até então não havia acontecido. Assim se justifica aqui a pergunta que fizemos na pesquisa aos professores se eles tinham

conhecimento sobre os PCNs e se já tiveram oportunidade de ler todo o documento sobre a temática transversal Orientação Sexual.

3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E COMPARAÇÕES COM O PLANO ESTADUAL E MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 tornou obrigatória a implementação de Planos de Educação para que a governos federais, estaduais e municipais criassem metas e objetivos dentro de uma década para melhorar a educação pública, seja sobre a estrutura das escolas, sobre as metas para os rendimentos escolares, e também para a formação de professores.

Nesse sentido entre 2014 e 2015 começaram as discussões sobre os planos de educação no Brasil, e que surgem discursos voltados aos votos cristãos e conservadores do país com a ideia de que “estão tentando impor a ideologia de gênero no país”⁶. É interessante notar que mesmo após muitos projetos Escola sem Partido⁷ terem sido considerados inconstitucionais já que a constituição prevê autonomia das escolas e não permite a discriminação de qualquer natureza,⁸ muitos parlamentares têm renomeado o Escola sem Partido para Infância sem Pornografia, como no caso de Ribeirão Preto - SP, ou então criarem frentes parlamentares de combate a “ideologia de gênero”⁹.

É nesse momento de avanço do conservadorismo que os planos de educação chegam às câmaras de deputados e vereadores que decidirão sobre principalmente quais serão as principais diretrizes dos planos de educação. O currículo está sendo construído previamente por parlamentares e por pessoas que discursam argumentando pela via religiosa ou moral, sem refletirem sobre o que é discutir gênero e sexualidade nas escolas, sem compreenderem que a escola é um espaço de diversidades, de inclusão, em que a diversidade estará posta, independente da visão moral ou religiosa de uma parte da população.

A educação com o estado sendo laico, não prevê a visão unilateral de um segmento religioso, mesmo que seja maioria, o que vai contra o argumento de

⁶ faz referências aos discursos encontrados em notícias de jornais durante os embates da construção dos planos municipais de educação.

⁷ Projeto que defende a proibição de se falar em diferentes assuntos dentro da sala de aula e que sofre alterações e modalidades a depender do município

⁸ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁹ Em São José dos Campos-SP, um vereador criou a Frente Parlamentar de Combate a Ideologia de Gênero que em suas palavras “A proposta da Frente é trazer especialistas para discutir o tema, como médicos psicólogos e outros. Não somos contra a opção sexual de cada um, somos contra a Ideologia de Gênero, esta corrente que estão querendo implantar no Brasil”

muitos religiosos.¹⁰ Os movimentos sociais que demandam o debate de gênero e sexualidade nas escolas desde 2011 com o programa Escola sem Homofobia¹¹ também participaram da construção dos planos de educação, acirrando embates até então não vistos pelo Brasil sobre a inclusão ou não de certas palavras nos documentos oficiais. É a partir das seguintes manifestações que começamos a notar um desaparecimento sistemático de termos como pluralidade, diversidade, gênero, sexualidade, diferenças, e até direitos humanos de muitos planos de educação. Nesse contexto a força conservadora e religiosa consegue, por exemplo, retirar a palavra gênero e pluralidade em 8 de 12 planos estaduais que estavam sendo debatidos em 2015, entre eles o de São Paulo. Comparemos as diretrizes e os sutis desaparecimentos de algumas palavras que talvez remetessem aos estudos de diversidade sexual e gênero em sala de aula.

Ao observar os princípios a quais estão baseados os planos decenais de educação notamos que em sua grande parte está todo copiado do Plano Nacional de Educação, criado em 2014 que tem como base a LDB de 1996, no entanto, há algumas diferenças no plano municipal de São Paulo e no municipal de São José dos Campos, por exemplo notamos a supressão da palavra diversidade, muito debatida nas câmaras e que geraram controvérsias por parte das bancadas cristãs e conservadoras.

No plano estadual de São Paulo observamos que a frente da palavra “diversidade” foi acrescentada o complemento “étnico-racial”, ou seja, delimitando possíveis interpretações relacionadas à diversidade, seja ela de gênero, sexualidade e até mesmo cultural, como um ato de cerceamento e monitoramento sobre até onde pode ser falar em diversidade.

Essa disputa nas câmaras denota a problemática das leis educacionais, sendo geridas e criadas por políticos que em sua maioria não tem conhecimento e relação alguma com educação, e simplesmente atacam as pedagogias críticas por demagogia ou estratégia eleitoral.

¹⁰ Também em São José dos Campos-SP um cardeal argumentou: A ideologia de gênero subverte o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher, ensinando que a união homossexual é igualmente núcleo fundante da instituição familiar”

¹¹ O projeto Escola sem Homofobia criou um caderno de distribuição nacional em 2011 para que as escolas pudessem trabalhar de forma altamente qualificada as questões de gênero e sexualidade, sendo o único material e documento nacional criado para estas questões depois do PCN de 1998, mas que foi barrado e teve sua distribuição suspensa pela bancada conservadora-religiosa da câmara em troca de apoio ao governo federal nas pautas econômicas.

Nesse sentido notamos um ataque à educação, mesmo que a retirada da palavra possa não mudar diretamente muita coisa dentro das escolas, mas é um recado aos profissionais da educação sobre a imposição de um limite. Essa supressão da palavra diversidade tende a um convite a discriminação dentro das escolas, já que ignorar o assunto não irá resolver os problemas que acontecem dentro do espaço escolar, além também de possíveis perseguições de pais e até parlamentares.¹²

Essa supressão é um ato de afirmação da não importância do tema na escola, como se fosse algo menor, menos relevante. Retira - se dos princípios da educação a palavra diversidade, para demarcar que o respeito à diversidade não irá ser fomentado, e não será incentivada dentro das escolas. A supressão desses termos nos planos educacionais, dos documentos oficiais e nas leis vai ser apresentado como parte da disputa pelo currículo, pois consideraremos esses documentos e leis como parte do currículo imaterial e é nesse momento que acontece a primeira disputa do currículo, antes da materialização das ações, das aulas e dos processos educacionais, temos aqui o que vamos chamar de imaterialidade do território do currículo.

¹² Fernando Holiday, vereador, (DEM) que foi visitar escolas de surpresa em SP, em 2017, uma tentativa clara de cerceamento a autonomia das escolas e professores prevista na constituição brasileira.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	PLANO ESTADUAL DE SÃO PAULO	PLANO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SP
<p>I - erradicação do analfabetismo;</p> <p>II - universalização do atendimento escolar;</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;</p> <p>IV - melhoria da qualidade da educação;</p> <p>V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;</p> <p>VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;</p> <p>VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;</p> <p>VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;</p> <p>IX - valorização dos (as) profissionais da educação;</p> <p>X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.</p>	<p>I - erradicação do analfabetismo;</p> <p>II - universalização do atendimento escolar;</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;</p> <p>IV - melhoria da qualidade de ensino;</p> <p>V - promover a educação integral em tempo integral;</p> <p>VI - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;</p> <p>VII - promoção da educação em direitos humanos;</p> <p>VIII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;</p> <p>IX - valorização dos profissionais de educação;</p> <p>X - difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência;</p> <p>XI - autonomia da escola;</p> <p>XII - fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam;</p> <p>XIII - promoção da educação em sustentabilidade socioambiental;</p> <p>XIV - desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à superação da exclusão, da evasão e da repetência escolares, articulando os ciclos e as etapas de aprendizagem, visando à continuidade do processo educativo e considerando o respeito às diferenças e desigualdades entre os educandos.</p>	<p>I - superação do analfabetismo;</p> <p>II - universalização do atendimento escolar;</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;</p> <p>IV - melhoria da qualidade de ensino;</p> <p>V - promover a educação integral em tempo integral;</p> <p>VI - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;</p> <p>VII - promoção da educação em direitos humanos;</p> <p>VIII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;</p> <p>IX - valorização dos profissionais de educação;</p> <p>X - difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência;</p> <p>XI - autonomia da escola;</p> <p>XII - fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam;</p> <p>XIII - promoção da educação em sustentabilidade socioambiental;</p> <p>XIV - desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à superação da exclusão, da evasão e da repetência escolares, articulando os ciclos e as etapas de aprendizagem, visando à continuidade do processo educativo e considerando o respeito às diferenças e desigualdades entre os educandos.</p>

Tabela 1 – Comparação entre os **objetivos** dos Planos de Educação
 Fonte: PNE; Plano Estadual de Educação de São Paulo e PME SP
 Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

4 O CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA

O currículo é desde a criação de leis, normas, orientações, competências e habilidades, até as aulas, os discursos escolares, a relação com o professor e a escola, os processos educacionais todos que acontecem no ambiente escolar.

O currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 1999, p. 27).

Porque considerar o currículo como um território? O currículo até hoje é pautado pela disputa de poder, as relações na educação são hierarquizadas e de poder, desde a do aluno e professor, passando pela do professor-diretor e dos cargos de gestão escolar com os órgãos de governo.

Esse território, o currículo, vai ser disputado antes de ser materializado em regras e diretrizes, ou seja, disputado ainda no processo de sua imaterialidade. Essa imaterialidade do território emerge nos discursos e nos espaços políticos. A imaterialidade aparece nos espaços públicos ou nos espaços privados que se discute quais conhecimentos entrarão nos documentos oficiais e quais não serão contemplados. Aparece, por exemplo, na luta pela criação de escolas camponesas e escolas quilombolas, para além da criação dessas escolas, é também a imaterialidade a discussão da existência ou não de projetos políticos pedagógicos que contemplem a educação no campo, a educação indígena e a educação nos quilombos. É o currículo, portanto disputado na mídia, nas universidades públicas e privadas, e mais tarde nas câmaras federais, estaduais e municipais pelo país.

A materialidade desse currículo vai aparecer e ser refletido na escola de diversas formas. Nas escolas camponesas é a materialidade do território do currículo se elas escolas camponesas serão meros campos de ensinosa de técnicas agrícolas e servirem a chamada produtividade do campo, ou se servirão como lugar de emancipação do campesinato, que viabilize a permanência das populações no campo. Nas escolas Quilombolas a materialidade do território do currículo vai acontecer se no interior dessas escolas vai existir o debate e a discussão sobre a história, a memória, racialidade e a realidade sociocultural em que vivem. É a materialidade do território do currículo se as escolas indígenas terão aulas ou não de línguas indígenas referentes a etnias existentes naquela escola.

A materialidade vai aparecer quando no ambiente escolar ocorrer violências e discriminações, seja ela por gênero, por sexualidade ou por raça. É materialidade do território do currículo a vivência dos alunos LGBT nas aulas de educação física, é a materialidade do currículo se as meninas em sala de aula serão mais interrompidas ou não, é a materialidade do currículo se o aluno ou aluna negra vão se sentir representados nos contextos históricos ou não, se poderá ou não discutir regime militar, poder ou não discutir origem da vida, poder ou não se manifestar e se expressar da forma como se sentir bem, essa materialização do território do currículo quando o professor for perseguido ou processado por tratar ou discutir assuntos como gênero e sexualidade. Essa materialização do currículo vem da disputa da sua imaterialidade, dos discursos, da criação das leis.

O currículo também no seu processo histórico de mudanças e alterações se comportará a partir de mudanças políticas, jurídicas e econômicas (SAQUET, 2007) e é assim com o currículo, ele se altera a partir de movimentações políticas, jurídicas e econômicas.

Por exemplo, quando falamos em Código Florestal, o processo de entra e sai de leis está produzindo um território imaterial, ainda no campo das ideias e das leis, e que a partir da promulgação dessa lei ela pode começar a produzir e modificar os territórios e os espaços. Outro exemplo de imaterialidade podemos citar os Planos Diretores existentes em muitos municípios, que tem suas leis baseadas no Estatuto das Cidades¹³ e no momento de entra e sai de palavras e termos naquele documento estão se construindo uma imaterialidade do território, se espaços serão reservados a moradia popular ou a grandes *shoppings centers*, isso tudo moldará a materialização do território e que acontece previamente nesta disputa da imaterialidade, a utilização de termos gerais ou específicos produzem geografias diferentes no espaço geográfico.

Continuando esse paralelo também reafirmamos o papel dos movimentos sociais, que podem ou não resistir a esse processo de criação de novas geografias que delimitam e marginalizam as pessoas, que segregam os espaços. Pois quantas geografias dentro da escola o território curricular será responsável ou capaz de produzir? Quantas desigualdades existentes naquele território serão produzidas pelo currículo?

¹³ LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

É o currículo que pode projetar na escola as desigualdades e as violências concretas sobre alguns grupos sociais, isso porque o currículo vai ser produto de intencionalidades de quem o está construindo. É o território do currículo materializado se as meninas são respeitadas, se elas têm vergonha do próprio corpo, ou se elas são classificadas e separadas para fazer atividades mais leves e longes dos meninos. Como por exemplo, na educação infantil, quando os meninos e meninas são separados para atividades de meninas e atividades de meninos, dividido entre carrinhos e bonecas. Isso tudo é relação de poder, é relação de dominância de um grupo de indivíduos sobre outro em determinada área, portanto construindo assim um território. *O território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.* (SOUZA, 2005, p.78)

O território pode ser contínuo ou descontínuo¹⁴, acontecer em macro escalas ou micro escalas, desde território de um estado-nação até o território do tráfico nas ruas e vielas das cidades brasileiras. O território vai existir e coexistir em determinado espaço num determinado tempo, ou seja:

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica, aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os outros (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995, p.86).

O currículo faz parte desse território imaterial e materializado repleto de intencionalidades e contradições. A essa apropriação e dominação do espaço escolar chamamos de territorialização escolar, produzindo, portanto territorialidades específicas:

Outro exemplo de como o currículo pode ser construído juridicamente seria a chamada Nova Reforma do Ensino Médio, criada através da Medida Provisória 746/2016 que modifica o currículo do ensino médio, a obrigatoriedade de disciplinas, a introdução do ensino técnico, a possibilidade do professor tem apenas Notório Saber, que poderão produzir inúmeras geografias na escola e fora dela, como por exemplo, o maior deslocamento de estudantes para suas escolas, o fechamento de

¹⁴ Segundo explicações do Geógrafo Marcelo José Lopes de Souza no seu artigo O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento in Geografia: Conceitos e temas.

unidades escolares e a falta de infraestrutura para que as escolas possam oferecer os cursos técnicos.

a delimitação de uma área se torna um território quando alguma autoridade a usa para influenciar, moldar, ou controlar atividades e indivíduos, sendo que essa autoridade pode estar fora da área/território [...] a territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma certa área... Este (território) deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente pela atuação do estado que condiciona comportamentos através da comunicação e de relação de poder (SACK apud SAQUET, 2007 p 65-66 - adaptado).

Compreende-se que primeiro existe uma disputa do território curricular através da sua imaterialidade, e é a imaterialidade que produzirá a invisibilidade ou visibilidade material daquele currículo disputado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) promulgada em 2012 avança sistematicamente sobre essa discussão trazendo diversas diretrizes sobre esses temas; educação para o campo, educação quilombola, educação indígena, educação para os direitos humanos e até a educação ambiental. Essas diretrizes foram construídas durante três anos, de 2009 a 2012 nas reuniões do Conselho Nacional da Educação para sustentar a Base Nacional Comum Curricular que também estava em debate e esse documento oficial traz como diretrizes a questão de gênero e sexualidade nas diretrizes para Educação em Direitos Humanos que traz como princípios a Dignidade Humana; Igualdade de Direitos; Reconhecimento e Valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; e Sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p 522-523), denotando aqui uma perspectiva de orientação que esses assuntos sejam discutidos dentro de sala de aula.

As avaliações nacionais (Prova Brasil e ENEM) são responsáveis por controlar o currículo e influenciar em como esse currículo irá se materializar no interior das escolas e especialmente dentro das salas de aulas. Tais avaliações são parte integrante desse processo de disputa do currículo. São elas que ditam o conteúdo mais importante a ser apresentado, o que é ou não relevante para o aluno aprender.

As avaliações farão parte dessa tentativa de primeiro legitimar alguns conhecimentos em detrimento de outros e em seguidas homogeneizar os conhecimentos e saberes da sala de aula.

Exemplos de territórios na escola, a quadra esportiva sempre está sob o domínio e das regras dos meninos¹⁵, interrupções de perguntas e falas das meninas pelos meninos, agressões verbais ou físicas em alunos e alunas marginalizados seja por raça, origem, orientação sexual, gênero ou por deficiência. Gina Vieira Ponte¹⁶ em uma entrevista concedida ao canal Futura nos traz uma reflexão importante sobre essa questão: “recusa a se discutir gênero, mas a todo tempo a escola cria uma cultura de gênero onde as meninas são silenciadas e sofrem violência”.

Portanto no interior do ambiente escolar se notará a presença de grupos que sentirão como dominantes e outros como dominados, produzindo territorialidades e geografias dentro e fora da sala de aula, como nos banheiros, nas quadras, nos jogos, nos esportes, e na sala de aula,

O currículo materializado pelos documentos oficiais, pela ação e postura de gestores e professores pode ser responsável pelas territorialidades e territorialização do espaço escolar, além de legitimar a inclusão ou a expulsão de estudantes com características específicas.

O currículo pode oficializar ou marginalizar narrativas, histórias, memórias ou geografias. O currículo materializado que poderá fazer com que alguns se sintam pertencidos aquele lugar e alguns não. É através dele que será a apropriação ou expropriação dos espaços escolares, os documentos são fomentadores ou delimitadores de ações transformadoras dentro do ambiente escolar.

A escola pode ser um local de apropriação por grupos específicos, sejam sociais ou econômicos, pode em sua arquitetura funcionar como prisão de corpos (FOUCAULT,2014) e no currículo também pode ser construídos por conhecimentos cercados, gradeados e delimitados, produzindo conhecimentos centrais e conhecimentos periféricos.

Em estruturas fechadas, nem todo conhecimento tem lugar, nem todos os sujeitos e suas experiências e leituras de mundo tem vez em territórios tão cercados. Há grades que tem por função proteger o que guardam, e há grades que tem por função não permitir a entrada em recinto fechados. As

¹⁵ Mais sobre questões de gênero na Educação Física em Reflexões sobre relações de gênero na Educação Física Escolar; 2017; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Abi - Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora; Orientador: Ayra Lovisi Oliveira;

¹⁶ Autora o projeto Mulheres Inspiradoras

grades curriculares têm cumprido essa dupla função: proteger os conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos, e não permitir a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos, do senso comum. (ARROYO, 2013, p.18)

No processo de universalização das escolas, muitos grupos sociais se viram pela primeira vez tendo a oportunidade de acessar a educação formal, no entanto ainda falta muito para que esses grupos sociais, mulheres, LGBTs, negros¹⁷ se vejam representados no currículo escolar, por isso sujeitos que são ocultos exigem mais que uma vaga na escola, exige espaços também nos currículos. (ARROYO, 2013) A escola acaba por ser mais um de tantos espaços negados, sendo transformados em um território também gradeado e encarcerado.

O professor pode agir sobre esses processos de formação de subcidadanias, mas temos que compreender que há processos e padrões estruturais na sociedade e que apenas a ação da escola não implicará no fim de toda opressão.

Ao longo da discussão da inclusão escolar acontecerão e acontecem inúmeros processos de desocultamentos. É extremamente necessário que as escolas estejam em diálogo com os movimentos sociais para que seja um lugar de afirmação das imagens positivas de diversos grupos, marcando o território do currículo com suas memórias, culturas e todo tipo de saberes.

A escola e o currículo funcionam como agente normalizante/normalizador. É o currículo que vai dizer qual identidade é universal e qual é específica, aí que o currículo poderá manter e reproduzir preconceitos ou combatê-los.

Todos os professores precisam ser formados e terem disciplinas de gênero e sexualidade. Ou como profissionais do conhecimento controlamos o currículo ou seremos controlados (ARROYO, 2013). Tal qual é obrigatório disciplinas sobre raça, sobre as origens dos alunos e alunas, e até mesmo sobre deficiências na infância, a questão de gênero e sexualidade é uma questão inseparável ao corpo. Os professores lidam com corpos específicos, com narrativas, geografias, histórias, memórias e aparências distintas e individuais. E a leitura desses corpos podem ser leituras preconceituosas por parte dos docentes.

Raça, etnicidade, classe, sexualidade, gênero, etc. constituem processos de normalização (que frequentemente são construídas como naturais)

¹⁷ Mais sobre essa questão em SANTOS, Rita de Cássia Mota. Geografia e a questão racial- a Lei 10; 639/03 no currículo oficial de geografia do Estado de São Paulo; 2016; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) - Universidade de São Paulo; Orientador: Glória da Anunciacao Alves;

entendidas por Foucault como prisões sociais, sobre os quais a Geografia deve reflectir com certa dose de plasticidade. O reconhecer e aprender a partir das geografias do corpo sejam elas experiências individuais e de escala micro, ou processos de marginalização e discriminação de escala mais abrangente (que não se devem restringir aos locais paradigmáticos de diversidade étnica urbana 'exótica'), permite abordar não a diferença por si, mas a diferença significativa. Assim como o corpo tem uma geografia histórica a partir da qual podemos tentar compreender a produção do poder, do território e da desigualdade, também a nossa própria tentativa de cartografar essas geografias é corporizada e inescapável. (SARMENTO, 2009, p.277/278)

Não tem como um aluno ou aluna esconder sua cor de pele, sua origem, seu sotaque, seu físico, seu gênero e as muitas vezes também sua sexualidade, apesar de a todo o momento e principalmente adolescentes esconderem sua orientação sexual com medo de represálias, Quando se trata de pessoas, ou seja, de corpos aparentes, não tem como o estudante esconder suas narrativas nas aulas de matemática ou física e desocultar nas aulas de história.

“o corpo é um importante elemento do espaço geográfico que, indissociavelmente, transforma e é transformado por esse. Nosso corpo não é apenas um meio no qual armazenamos e processamos as informações: a construção metafórica e conceitual se estabelece no corpo a partir das experiências aprendidas cognitivamente” (NUNES, 2014, p.06)

A apropriação do espaço é feita através dos corpos, corpos esses que são lidos a partir da questão de gênero, de raça, de classe, de orientação sexual, de idade, de deficiências. Esses corpos podem ter seus espaços ampliados ou delimitados, produzindo diferentes caminhos e vivências, seja na escola, no bairro, nas cidades e no mundo, portanto produzindo geografias.

O território, e as territorialidades são produzidas e reproduzidas através dos corpos que ali estão presentes. A qualquer momento as relações de poder entre o que é legitimado e o que não é pode surgir. Um aluno ou aluna não escolhe em qual aula fará algum comentário racista, machista, homofóbico ou xenofóbico, e então o professor ali presente deve no momento conter aquela relação de dominância de um estudante ao outro, e nesse momento o currículo também está acontecendo, materializando. A depender do ambiente da escola e em que contexto os alunos estão inseridos, em turmas onde existem poucos ou um único aluno negro, por exemplo, esse comentário às vezes é direcionado e individualizado nesse aluno. Por mais que sejam comentários que ofendem um todo grupo de pessoas, na sala de aula em alguns momentos ele é individualizado. Isso pode acontecer com o

estudante LGBT dentro da sala de aula, e o professor ou professora precisa nesse momento saber interferir. Quando os sujeitos são ocultados eles não se sentem pertencidos e sim estranhos aquele território/lugar. Ocultados, os sujeitos são tratados como inexistentes.

Gênero e sexualidade transpassa a vida dos alunos e das alunas cotidianamente, e serão esses estudantes que vão criar as diferentes formas de ocupar os lugares e territórios que eles e elas estão presentes. Reconhecer que cada experiência tem como autores sujeitos pessoais ou coletivos reais que não tem uma autoria solitária, mas estão entrelaçados em relações sociais, raciais, de gênero, de cidade, periferia, campo, de orientação sexual, de opções políticas e morais. (ARROYO, 2013). A partir desses exemplos que é extremamente urgente que existam disciplinas de discussão de abordagem de gênero e sexualidade em todos os cursos de licenciatura e pedagogias.

A não discussão também é discussão, pois não precisa necessariamente que a escola não debate sobre gênero na escola, mas ao criar exigências e regras de vestimentas, por exemplo, a escola está discutindo gênero e realçando, sobretudo as expressões de gênero que ocorrem, como as regras rígidas em relação aos uniformes, que gerou protestos num colégio particular na cidade de São Paulo¹⁸. Assim sendo as escolas acabam censurando diferentes tipos de expressões de gênero e normatizando os corpos.

As diferenças como temas transversais não é suficiente porque denota que os temas como raça, gênero e sexualidade são diversos ou específicos, ou seja, mantém o homem, a pessoa branca, e a cisheteronormatividade como universal, como se estivesse no patamar de superioridade onde pudesse falar por todos, enquanto os diferentes, os marginalizados só pudessem falar sobre suas diferenças, e sobre eles e elas apenas, delimitando e exercendo o poder de colocar um grupo em um lugar específico, limitando os conhecimentos que cada um tem e carrega sobre a vida.

A necessidade de a proposta curricular incluir o tema sobre gênero e sexualidade no núcleo comum é para que essa temática não fique dependente da

¹⁸ Caso aconteceu em 2013 no Colégio Bandeirantes quando um estudante foi para o colégio com saia e a direção não permitiu que ele adentrasse o colégio, causando protestos por parte de estudantes que ficou conhecido como saiaço. Notícia acessada no site G1 pelo link <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/06/alunos-de-colegio-de-sp-fazem-saiaco-em-protesto-contradirecao.html>

iniciativa e disposição de algumas poucas escolas e professores, e que possam servir de proteção ao docente que tem consciência da importância desse debate em sala de aula.

Qual é a geografia de um aluno LGBT? Quais caminhos percorrem? É importante promover a reflexão para compreender qual a Geografia de um aluno LGBT e quais são os caminhos que percorre, se ele se sente pertencido ao lugar escola, e qual sua relação com o mundo. A escola pode ser um espelho e um retrato do que acontece com esse aluno na sociedade.¹⁹ A escola precisa ser parte integrante de uma rede de combate à geografia da morte, do suicídio e de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil.²⁰

Se a escola quiser ser inclusiva e cidadã ela terá que incluir e legitimar a todos e não apenas uma parcela de alunos e alunas. Quando alguns conhecimentos são avaliados e outros não, então está se dizendo que alguns merecem ser discutidos e são relevantes enquanto outros não precisam ser discutidos, pois não são relevantes.

Mesmo que as políticas curriculares falassem sobre o mundo do trabalho, como é no caso das políticas curriculares do Estado de São Paulo, com seu livro patrocinado pelo Unibanco²¹, haveria a necessidade de se falar sobre desigualdades e preconceitos, pois como Miguel Arroyo afirma no trabalho também reproduzidos e somos produzidos por diferentes padrões.

Os direitos do trabalho, do acesso e permanência, de salários, de postos não são iguais, mas reproduzem as segregações históricas de gênero, raça, orientação sexual, idade, moradia. Há um acúmulo de estudos e de conhecimentos sobre esses padrões injustos de trabalho [...] Porque não tem vez nos currículos? Aprender-se trabalhadores em padrões racistas, sexistas de trabalho faz parte do direito ao conhecimento (ARROYO, 2013,p.230)

Se a escola for falar de mercado de trabalho ela tem que falar das desigualdades de gêneros e dos preconceitos, problematizando os fatos, pois não

¹⁹ Mais sobre essa questão da urbanidade e das espacialidades LGBT pode ser encontrada em SANTOS, V. A. *As espacialidades homossexuais masculinas como constituidoras da urbanidade: análise comparativa entre São Paulo e Paris*. Trabalho de Conclusão de Curso. 2016. São Paulo. USP. Orientadora Fernanda Padovesi Fonseca.

²⁰ Segundo dados da AGBLT, o Brasil alcançou 445 mortes por crimes causados por lgbtfobia em 2017, dessas 191 eram pessoas trans.

²¹ Faz referência ao livro didático chamado Mundo do Trabalho, uma disciplina obrigatória do currículo estadual de São Paulo para as escolas em tempo integral da rede pública que encontra vários textos sobre comportamentos, éticas, e o mundo do mercado do trabalho e que em sua contracapa tem o patrocínio do Unibanco.

há como negar as diferenças salariais entre homens e mulheres²² nem que pessoas LGBT escondem sua orientação sexual no ambiente de trabalho com medo de serem demitidos e sofrerem represália. O ambiente de trabalho também está posto todo tipo de violências que acontecem com mulheres e pessoas LGBT.

Se for uma sociedade que respeite as diferenças entre as pessoas, que seja cidadã, que tenha o objetivo de ser uma sociedade salutar e inclusiva para todos, é necessário que esse modelo de sociedade reflita nos espaços escolares e principalmente no currículo, legitimador desses saberes.

A educação tem avançado com a inclusão da educação ambiental,²³ dos estudos sobre África²⁴ e a tentativa de descolonização dos saberes, e a obrigatoriedade das Libras como língua principal dos Surdos, tornando obrigatório haver tradutores nas escolas e cursos de formação de professores nas universidades capacitando os docentes em se comunicar com esses estudantes²⁵.

No entanto sabemos que o alcance dessas leis se deve muito ao fato de iniciativas de docentes, diretores e coordenadores, a lei por si só vai estimular que essas temáticas apareçam dentro da sala de aula e que faz com que o estado tenha obrigação de apoiar essas questões e também a investir recursos para o aprimoramento dessas questões no ambiente escolar, seja com infraestrutura ou com material didático e com formação continuada dos professores. Um exemplo de que a lei pode existir por existir e não ter muita influência ou até mesmo pouco conhecimento por parte dos professores é a lei que obriga as escolas a passar até duas horas de filmes nacionais por mês.²⁶

Esse presente trabalho está afirmando e reafirmando, a não discussão desses temas nas escolas por anos puderam permitir a produção de diferentes geografias e de frequentes silenciamentos e exclusões, atingindo principalmente a autoestima de muitos educandos, que se viam sistematicamente marginalizados dentro do espaço escolar e por isso uma escola que se pretenda inclusiva deve

²² Última pesquisa de 2018 mostra que a diferença salarial entre homens e mulheres pode chegar a 53% a depender do cargo ocupado, segundo pesquisa realizada pela Catho. E segundo dados do IBGE 2018, no geral as mulheres recebem 77,5% do salário de um homem.

²³ Lei nº 9795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

²⁴ Lei nº 10.639/2003

²⁵ Lei nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

²⁶ Lei nº 13.006, de 2014 - A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

ampliar ao máximo o conjunto de segmentos a serem atendidos. (RATTS, 2016, p 124)

Em 2018 no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, os temas de gênero e sexualidade foram suprimidos de vários trechos do documento do dia para a noite devido a uma nítida pressão por parte de setores conservadores do congresso, o que demonstra esses processos de disputas pelo currículo, pelas narrativas, pelos conhecimentos que serão legítimos ou não fortemente acontecendo.

5 IMPORTÂNCIA DO TEMA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Em nome do direito ao conhecimento “legítimo” não podemos negar o direito de todo ser humano a conhecer-se. Será uma forma irresponsável de empobrecer o próprio conhecimento e o direito ao conhecimento. [...] Se a subcidadania se caracterizou em nossa história pela negação de acesso a esses espaços, pela expropriação desses territórios, a luta pela escola é uma luta pela cidadania enquanto luta pelo reconhecimento de direito ao pertencimento pleno a todos os espaços de vida, de justiça, de direitos. (ARROYO, 2013, 287 e 371)

Ao afirmar que os currículos vão priorizar os núcleos comuns que tangem todos os alunos, é obrigatório que se fale sobre sexualidade e gênero, pois é algo que atinge a todos os alunos e de diferentes formas no ambiente escolar.

A educação cidadã, libertária, universal, democrática, plural, passa necessariamente sobre a discussão de gênero e sexualidade. Da mesma forma que alguém não deixa de ser negro, também não deixa de ser mulher. Como seguir e continuar na escola se a própria vivência e sobrevivências de uma parcela dos estudantes estão em risco? Poderíamos falar aqui em Geografia do gênero, da sexualidade; do bullying; da diferença; da diversidade.

Em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2011, encontramos dados relevantes sobre a discriminação e preconceitos dentro do ambiente escolar. Essa pesquisa produziu dados sobre discriminação de sete grupos sociais: étnico – racial, deficiência, gênero, orientação sexual, geracional (idade), socioeconômica e territorial.

Essa pesquisa, a partir de seus métodos, conseguiu medir níveis de discriminação e o que chamaram de índice de distância social. O maior valor do índice percentual de distância social foi encontrado em relação às pessoas homossexuais (72%). Assim demonstrando estatisticamente que a população LGBT+ sofre na escola um afastamento de outros colegas, tendo por consequências uma marginalização da sociedade iniciada dentro do ambiente escolar.

Além da marginalização, essa discriminação pode ter como consequência situações em que essas pessoas de grupos específicos passem por agressões e humilhações como é o caso das pessoas LGBT+ com o índice de 17% de conhecimento sobre situações de bullying nas escolas. E esse problema também ocorre com os professores, que tem os grupos sociais mais velhos, homossexuais e

mulheres com os maiores índices percentuais de conhecimento sobre situações de bullying, 8,9 %, 8,1 % e 8%, respectivamente.

Esses números nos trazem a reflexão sobre como a discussão de gênero e sexualidade não só é importante para combater agressões e humilhações que acontecem aos estudantes como também com os docentes, que também são vítimas dessa estrutura discriminatória das escolas.

A homossexualidade foi retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde em 1990 e no Brasil pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999, mas ainda sim a frase “a homossexualidade é uma doença” obteve a concordância de 13, % dos diretores, 11,8% dos professores, 23,4% dos funcionários, 23,2% dos alunos e 28,2% dos pais/mães.

Notadamente observamos números expressivos que apresentam uma falta de discussão básica sobre a questão de sexualidade na escola, mostrando que mesmo após vinte anos há ainda pessoas que consideram ser homossexual como uma doença, e dentro dessas pessoas professores e diretores ainda acreditam e concorda com essa afirmação, o que nos faz refletir sobre o curso de formação de professores que precisam debater essa temática com muita qualidade para que os docentes não sejam reprodutores dessas desinformações e modelos estruturados na discriminação.

Já relacionado aos dados sobre gênero encontramos a frase “a mulher é mais habilidosa para cuidar da casa” com concordância de 39,8% dos diretores, 39,3% dos professores, 53,3% dos funcionários, 60,6% dos alunos, 59, 7% dos pais e mães. Essas porcentagens altas de concordância com essa frase permitem nos afirmar sobre o processo de internalização da crença das pessoas de que mulheres são mais habilidosas para cuidar da casa, apenas por serem mulheres. Ou seja, o papel da mulher é construído socialmente como voltado para funções da casa o que permeia a discussão de gênero e a manutenção das desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres existentes na sociedade brasileira.

Falar sobre gênero e sexualidade no contexto do ensino de Geografia é revelar ao outro há existência de sujeitos e apropriações diferentes, permitindo que o educando saia por um momento da sua realidade e compreenda os caminhos e trajetórias do outro, assim conhecendo e se colocando em geografias diferentes da

sua. Discutir esses temas na perspectiva geográfica é discutir a partir da realidade do educando.

As territorialidades escolares vão influenciar na relação dos estudantes com o lugar escola, pois permitirá que indivíduos tenham experiências distintas e até antagônicas das suas.

Não discutir esses temas nas escolas pode criar uma expectativa de exclusão daquele espaço, e, portanto da existência dela na sociedade, como acontecem com as pessoas transexuais em sua vivência na escola e principalmente sobre a evasão escolar, que é um assunto tratado de grande importância no ensino médio, momento esse que muitas pessoas trans passam pela transição e que acabam abandonando a escola por não terem suas vivências e seus direitos legitimados. É também um apagamento político.

“Nós éramos expulsas, porque a gente muitas vezes tinha que ser, é, passar por muita coisa, muita humilhação pra poder permanecer nesses espaços, desde a lista de chamada, que te faz, você, se constranger com seu nome de registro até possíveis agressões. Então, eu acho que é difícil a gente querer estar ali, né, a maioria da evasão escolar acontece porque esse processo educacional acontece no mesmo período em que a gente transita. A negação de direitos é o assassinato social, né, não é um suicídio, a gente não se suicida socialmente, a gente é assassinada, né, quando o tema da transexualidade não pode ser discutido”

(Melissa, entrevista concedida a Bruno Nomura em Documentário Depois da tempestade: a A LGBTfobia na escola. 27 de fevereiro de 2018.)

E um pouco mais sobre a violência com pessoas transexuais no ambiente escolar encontramos dados que mostram que 43% dos estudantes de 13 a 21 anos se sentem inseguros no ambiente escolar por causa da sua identidade de gênero. Agressões verbais e físicas por conta de sua identidade de gênero foram sofridas por 68% e 25% dos estudantes.²⁷ Nessa mesma pesquisa demonstra que as violências transfóbicas são uma das principais causas de evasão escolar desses grupos. É necessário trabalhar a existência plena e o direito dessa pessoa de estar ali presente naquele espaço, porque se não se fala dessa pessoa ela também não pode existir. Evitar que se discuta esse assunto na escola, não vai evitar as violências cotidianas vividas por essas pessoas, e também não vai evitar as

²⁷ Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil publicada em 2016 pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Essa pesquisa é extremamente completa, com diversos tipos de dados estatísticos atuais, que poderá ser acessado a partir do link deixado na Bibliografia.

violências vividas por essas pessoas longe do ambiente escolar. Uma medida que influenciou positivamente na permanência de estudantes trans foi a aprovação da permissão do uso do nome social em toda a escola. No estado de São Paulo o uso do nome social triplicou de 2015 a 2018²⁸, chegando a mais de 600 estudantes utilizando desse direito.

A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade.... Além de foco de disputa política, a sexualidade possibilita vigilâncias infinitesimais, controles constantes, ordenações espaciais meticulosas, exames médicos ou psicológicos infinitos. A sexualidade, portanto, é uma via de acesso tanto a aspectos privados quando públicos. Ela suscita mecanismos heterogêneos de controle que se complementam, instituindo o indivíduo e a população como objetos de poder e saber. Segundo Foucault, a análise dessa busca da verdade sobre o sexo, da formação de um certo tipo de saber sobre o sexo, deve ser feita sob o viés do poder, não um poder que funcione pelo direito, mas pela técnica, não pela lei; mas pela normalização; não pelo castigo, mas pelo controle. O poder é onipresente porque se produz a cada instante, em todos os pontos, em toda relação: ele está em toda parte não porque englobe tudo, mas porque provém de todos lugares. (ALTMANN, 2001, p.576)

O tema da questão de Gênero e da Sexualidade, sobretudo tem esse viés do controle e disciplinamento dos corpos, por isso a importância de que as discussões sejam inseridas e aconteçam de forma crítica para não acabar sendo mais uma forma de regimento dos corpos de estudantes ou algo como uma padronização de comportamentos, que é uma reflexão que acontece em todas as escalas, desde o espaço escolar até as cidades.

Ao trazer a corporeidade como categoria de análise, é possível apreender que há interpretações culturais e sociais, diferenciadas e desiguais, dos corpos racializados, generificados e sexualizados em face da normatividade que assume uma dimensão espacial no espaço escolar, sobretudo em relação com o espaço familiar e do entorno, na escala do bairro e da cidade (RATTS, 2018, p.134)

Uma discussão de alta qualidade e preparo por parte dos professores pode ser um das formas mais eficazes para diminuir a vulnerabilidade da criança perante a violência sexual, o combate aos estereótipos de gênero e de diversidade sexual,

²⁸ Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

além de ser uma maneira eficiente de debater sobre questões de saúde e prevenção de doenças e de gravidez na adolescência que apareceram nos objetivos dos PCNs.

Para além dessas questões também temos números levantados pela Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) que demonstram a importância da inclusão dessa temática para os discentes:

OS estudantes LGBT que aprenderam informações positivas sobre pessoas LGBT e sobre a história e eventos LGBT tinham: • Mais probabilidade de relatar que de modo geral o corpo discente tende a aceitar mais as pessoas LGBT (63,8% comparados com 35,3%); • Mais probabilidade de sentir que pertencem à instituição educacional (74,3% comparados com 42,6%); • Menos probabilidade de faltar à instituição educacional por motivo de se sentirem inseguros/as (18,3% comparados com 36,6%); e • Menos probabilidade de se sentirem inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual (46,4% comparados com 65,2%) e por causa de sua identidade / expressão de gênero (28,1% comparados com 48,3%) (ABGLT, 2016,p.60)

6 OS LIVROS DIDÁTICOS

A pressão por parte do mercado e de uma parcela da sociedade que acredita que a escola tem a função de preparar da melhor maneira possível o aluno para o mercado de trabalho, aumentando suas chances de empregabilidade. Por isso muitas empresas e fundações se sentem legitimadas para discutir os currículos, pois elas sabem ou acha que sabem como aumentar a empregabilidade dos indivíduos.

O Currículo também está sendo produzido no material didático que tem sua distribuição nacional e estadual. Aqui queremos ressaltar a importância do material didático também apresentar as discussões de gênero e sexualidade, como as desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres que aparecem no Ensino de Geografia, à luta histórica pelo voto feminino que aparece no Ensino de História e a inclusão de cientistas femininas com trabalhos relevantes que muitas vezes tem seus nomes apagados da ciência.

O material didático deve apresentar imagens sobre a situação da mulher pelo mundo, as questões do controle dos corpos femininos e sobre o papel da mulher na

sociedade brasileira²⁹. É também esperado que haja um material didático para discutir a sexualidade, como foi com o programa Escola Sem Homofobia, que continha materiais didáticos para explicar aos educandos de diferentes formas sobre a diversidade, de modo que auxiliasse na compreensão e na discussão para mães e pais, estudantes, e docentes.

Um material didático onde se encontra imagens que mostram apenas casais heteroafetivos está excluindo não só do livro, mas retirando a possibilidade dos estudantes de conhecerem diferentes formas de famílias, mas também marginalizando e deslegitimando educandos que podem conviver com composição familiar formada por casais homoafetivos. Esse processo de representatividade nos livros didáticos é importante para que estudantes se sintam a vontade e vistos como possíveis de serem respeitados no ambiente escolar. Ou seja, o material didático pode impor normatizações e exclusões no que se refere a gênero e sexualidade. Essas ações de inclusão do tema ou não nos livros é uma disputa do território curricular que acontece de diferentes maneiras, como o caso da suspensão do material construído e aprovado pelo MEC para discutir diversidade nas escolas, que a bancada religiosa-conservadora chamou de Kit Gay. Ou até mesmo com casos recentes que uma prefeitura mandou arrancar as páginas com imagens de casais gays no livro didático que iria ser distribuído nas escolas municipais³⁰.

Por isso é muito importante que os docentes fiquem atentos nas escolhas dos livros didáticos que irão usar, pois muitos deles são escritos por pessoas religiosas ou até mesmo ligados a fundações de grupos econômicos ou religiosos que vão acabar reproduzindo as normalizações e legitimizações que falamos nesse trabalho.

²⁹ Mais sobre essa questão em COSTA, Glauber Barros Alves ; DANTAS, D. N. . O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO: algumas reflexões. Revista Brasileira de Educação em Geografia , v. 6, p. 323-340, 2016.

³⁰ Caso aconteceu em 2017 Ariquemes (RO) que o Prefeito Thiago Flores (PMDB) mandar arrancar páginas que continha imagens de casais gays e usos de preservativos, ainda nesse caso a legalidade do caso foi justificada pela lei municipal aprovada em 2016 que proíbe a discussão de gênero nas escolas.

7 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nesse presente trabalho não iremos discorrer profundamente sobre cada elemento do PPP, mas refletir sobre como os PPP são essenciais na disputa do currículo. O PPP é o garantidor e o documento mais próximo do cotidiano escolar, que pode fazer com que as mudanças ocorram na escola.

O plano político-pedagógico é o documento obrigatório de toda escola segundo a LDB 1996, e como o próprio nome é um documento orientador e planejador específico de cada escola, assim sendo cada PPP em cada escola é diferente um do outro, porque vai levar em consideração especificidades de cada comunidade em volta, de cada aluno, de cada localização e de cada necessidade particular das escolas.

O Plano Político-Pedagógico deve ser seguido segundo o princípio da Gestão Democrática e ser construído com ajuda do corpo docente, dos alunos e alunas e das famílias de cada um. É então o PPP um currículo, que está posto no contexto da imaterialidade desse território. Isso porque é também no PPP que as escolas vão poder incluir ou excluir, pois é exatamente na construção dos PPP que as escolas vão escolher seus objetivos e metas, definindo e modelando o perfil da escola e de estudante que serão formados. É o PPP um documento produtor de intencionalidades distintas.

A construção dos princípios, objetivos, e organização da escola também é o momento de disputa das relações de poder, já que nesse momento a visão de mundo e da sociedade vai estar ali materializada, e a indiferença acerca dos temas de gênero e sexualidade pode acontecer se, por exemplo, a direção/coordenação de a escola usar de sua autoridade para não incluir a temática nos PPPs, ou se as escolas forem administradas por Organizações Sociais religiosas ou militares, e até mesmo se naquela escola professoras e professores não estarem aptos e sensíveis a essas questões.

Veiga (1998) considera o currículo um dos elementos constitutivos do PPP, discute que:

Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar,

portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura. (VEIGA, 1998, p.08)

Um exemplo de escola que adota em seu PPP a discussão de gênero e sexualidade é a Escola de Aplicação da USP, com o projeto Orientação Sexual Adolescente que é desenvolvido desde 1996 no colégio, seguindo um dos princípios orientadores do PPP “A educação para a cidadania será preocupação básica e intrínseca à própria razão de ser da Escola.”

Outro exemplo também vem também de um colégio de aplicação, o Colégio João XXIII, ligado a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que no documento do projeto Político Pedagógico apresenta os Projetos Coletivos de trabalho, desde 2005, e que um dos eixos é : Diversidade e Pluralidade Cultural, que segundo texto retirado do documento Esse eixo norteará as discussões em torno das relações de gênero e sexualidade, raça e etnia e classe.

Nesse mesmo colégio, em outubro de 2017, ocorreu no dia das crianças uma reportagem de entrevista com uma Drag Queen, essa reportagem era um vídeo institucional da UFJF em Homenagem ao dia das Crianças, que repercutiu na cidade e no país, com uma reação de vereadores e parlamentares contra a presença de uma Drag Queen no Colégio de Aplicação. O que queremos ressaltar é que após esse vídeo, houve uma tentativa de intervenção no colégio, tentativas de tirar a autonomia do colégio e dos professores, como um cerceamento ideológico. Muitos vereadores votaram a favor de uma moção de repúdio contra o Colégio e instaurou uma comissão parlamentar acusando o colégio de promover a “Ideologia de Gênero”, conceito esse inventado por conservadores e principalmente religiosos. Para, além disso, o discurso era que o colégio estava ferindo o Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, ou seja, provando que os documentos oficiais atuam como território disputado. Diferentemente dos documentos oficiais trazidos nesse trabalho, em Juiz de Fora, a estratégia conservadora não foi retirar a palavra diversidade dos princípios da educação, mas sim especificá-la. Veja:

Artigo 2º - A promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor aos direitos dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados ao ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais. (Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora – MG, 2017, Lei nº 13.502)

Ao mesmo tempo a UFJF se justifica perante o assunto baseado na LDB/96 e na constituição federal, leia-se:

“Nossas políticas internas estão pautadas no enfrentamento das desigualdades e preconceitos que geram práticas discriminatórias, opressivas e violentas contra as pessoas ou grupos sociais. A questão da diversidade se insere nesta perspectiva. Assim, buscamos cultivar uma cultura de respeito à vida e às diferenças, fortalecendo os processos democráticos de formação humana e de produção científica.” (UFJF, 2017 – nota pública)

Esse caso fica emblemático como o processo da imaterialidade do território do currículo, ou seja, nos discursos e criação de Leis, e depois se torna a materialidade do território, ou seja, a permissão ou não da discussão de gênero e sexualidade nas escolas.

Há outros projetos políticos pedagógicos inclusivos, como escolas que adotam um censo anual dos arranjos familiares, ou seja, prevê no PPP uma pesquisa para saber quem são as famílias dos alunos e alunas da escola, para saber se são formadas por pai e mãe, por mães solteiras, por pais solteiros, se residem com avós, se tem dois pais, ou duas mães. É importantíssimo, pois se a escola em seus objetivo se diz uma escola cidadã, democrática e inclusiva, é necessário que esteja consciente de que não trabalhar gênero e sexualidade é excluir uma parcela da comunidade escolar. O PPP pode ser uma ferramenta essencial na construção desse currículo cotidiano, já que com uma informação sobre as diferentes configurações familiares os professores, diretores, coordenadores, terão a consciência sobre suas ações e seus discursos dentro do ambiente escolar. Veja que a questão de gênero no país reflete na escola de maneira muito perversa, hoje temos 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. Ou seja, é essencial a escola saber como tratar a questão de gênero, e é essencial que os professores estejam preparados para lidar com essa questão durante os acontecimentos que podem aparecer na sala de aula.

Um último exemplo como as escolas nos planos políticos pedagógicos podem tratar de forma a respeitar a diversidade nas escolas é a adoção de um dia da família, ao invés de tratar de dia das mães ou de dia dos pais, diminuindo assim,

constrangimentos de alunos e alunas que passam excluídos por ou não terem mães ou por não terem pais, como é o caso da Escola Municipal de Educação Infantil Desembargador Dalmo do Valle Nogueira, no bairro Vila Sônia, zona sul da cidade de São Paulo. Essa escola tem adotado desde 2016, após discussões sobre o tema com a comunidade escolar, a instituição criou o “dia da família”, estabelecido nos 24 de março, e que segundos professores e diretores foi bem recebido pelos pais essa postura de não mais adotar dia das mães ou dia dos pais.

Esse é um modelo de uma ação transformadora que consta no projeto político pedagógico, que é simples, e que pode incluir todo tipo de arranjo familiar e de pessoas diversas, algo que rompe com a perspectiva normalizadora e excludente de família formada apenas por homem e mulher e que acaba não sendo extremamente pedagógica na construção de uma escola democrática e plural.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA CONSULTA A PROFESSORES E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

Essa pesquisa³¹ foi realizada com o intuito de perceber principalmente como se sentem os professores e estudantes de licenciaturas em relação ao tema apresentado, e se há um conhecimento e uma reflexão sobre gênero e sexualidade nos cursos de formação de professores.

Isso porque entendemos que o currículo como território não está somente nos planos de educação, documentos oficiais ou livros didáticos, mas também está no posicionamento do professor e da professora frente a fatos, situações e conflitos que ocorram dentro da sala de aula e do ambiente escolar.

Esse formulário é um formulário que apresenta diversas limitações, já que o formulário poderia ser preenchido por qualquer pessoa, e foi divulgado através das redes sociais e dos grupos que continham professores, além de ser necessário da boa vontade de professores e professoras que responderam o questionário. Não será necessário registrar aqui absolutamente todos os dados, e sim alguns que são considerados pertinentes. Antes de começar as discussões sobre os números é preciso ressaltar que tivemos respostas de professores de diferentes disciplinas, mas em sua maioria do Curso de Geografia, pela maior facilidade de alcance, mas de diversos estados e universidades, que podem ser conferidos ao final do trabalho.

Há também respostas de estudantes (30%) e professores já atuantes (70%), de diferentes redes e em diferentes níveis de atuação, que também podem ser conferidos os resultados sobre essa informação no anexo do trabalho.

E esse formulário nos permite algumas reflexões sobre que professores estão se formando, a amostra é pequena, mas pode gerar discussões e reflexões acerca do tema proposto.

Até a publicação da atual BNCC em 2018, os PCNs era o que se tinha até então como atual recomendação nacional ou como um documento orientador de um programa nacional no Brasil e que se esperaria que todos os professores e estudantes de pedagogias e licenciaturas tivessem conhecimento, e portanto que tivessem ouvido falar sobre os temas transversais publicados junto com os PCNs

³¹ Pesquisa realizada através da plataforma Google Forms indicada a ser respondida por professores e estudantes de graduação de licenciaturas e pedagogias, divulgada a partir de contatos e pelas redes sociais, constaram num total de 130 respostas. Em anexo acompanhará o formulário.

orientando os professores e professoras de como, quando, e porquê abordarem os temas transversais, e nessa pequena amostra notamos que 15,4 % das repostas era de que a pessoa não ouviu nem falar dos temas transversais. É importante entender que os PCNs darão apoio ao professorado que se discuta o tema da sexualidade, pois ao aparecer como temas transversais a temática da Orientação Sexual é legitimada como parte importante do processo escolar, e que deve ser debatida a partir da transversalidade de diferentes disciplinas, sendo abordadas de diferentes ângulos. A segunda questão feita teve seu objetivo de entender se as pessoas que já tinham ouvido falar dos temas transversais conheciam e já tinha lido o texto sobre um dos temas, que é o estudado neste trabalho, o tema da Orientação Sexual.



Figura 1 – Consulta sobre conhecimento dos temas transversais dos PCN's
Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Percebemos que mais da metade das pessoas responderam que não tiveram a oportunidade de ler todo texto.

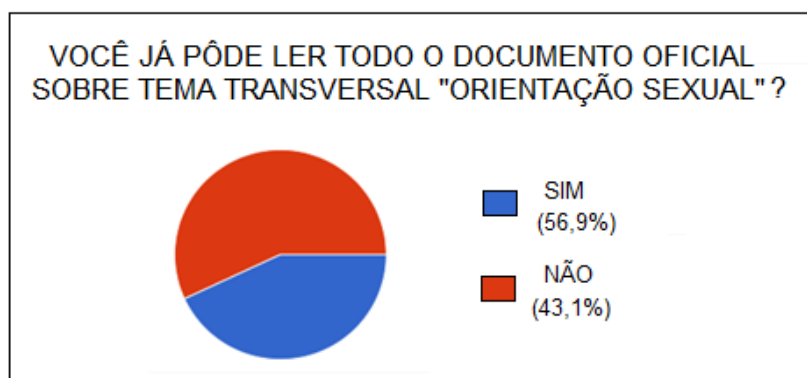


Figura 2 – Consulta sobre conhecimento dos tema de "orientação sexual"
Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Veja essa pergunta faz nos refletir sobre o resultado das perguntas que se seguiram, como por exemplo, a questão sobre se os professores se sentiam seguros em abordar a temática da diversidade sexual em sala de aula, e temos então que 47 % correspondem a nada, muito pouco ou pouco seguro em abordar essa temática e mais que isso temos que 85,4 % das respostas nos dizem que não tiveram nem uma única disciplina que abordasse gênero e sexualidade na escola.

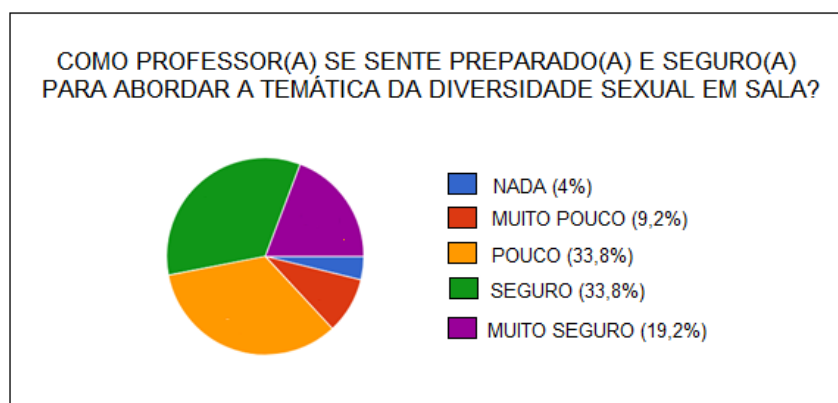


Figura 3 – Consulta sobre preparação dos professores em sala de aula para lidar com temas de diversidade sexual.

Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Para a questão de gênero, que foi questionada como desigualdade socioeconômica entre homens e mulheres encontrou números melhores, com professores já mais seguros em desenvolver o assunto em sala de aula, com uma soma de 81,4 % de professores seguros ou muito seguros em abordar essa temática em sala de aula. É importante ressaltar que a palavra “seguro” poderia ser interpretada de duas maneiras, uma como se sentir seguro no que se refere ao conteúdo ou também a ter segurança física e moral para abordar o tema em sala de aula.

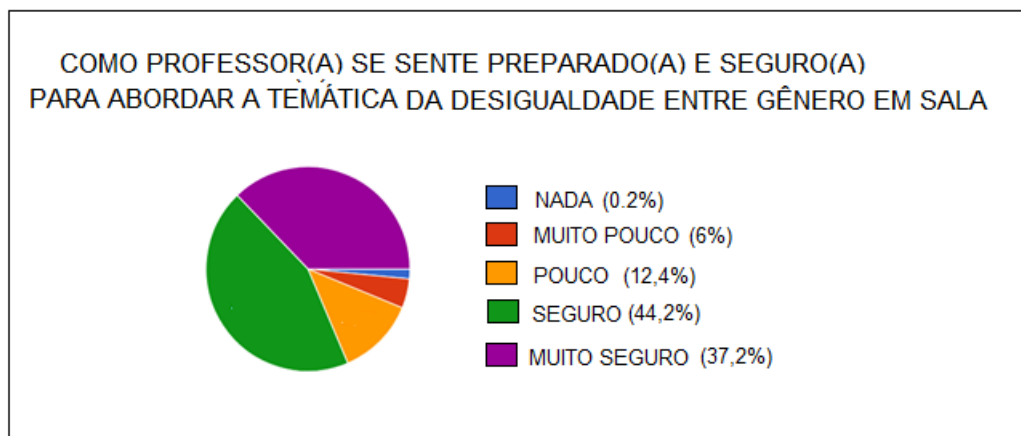


Figura 4 – Consulta sobre preparação dos professores em sala de aula para lidar com temas da desigualdade de gênero em sala de aula
Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Como um professor formado seja de alguma disciplina específica, seja do curso de pedagogia vai se sentir seguro ou capacitado para abordar com seriedade a temática da diversidade sexual, já orientada pelo MEC em 1998, se quase metade deles não leram o único documento oficial já lançado sobre o tema e que a maioria nunca tiveram uma discussão ou oportunidade de discutir suas inseguranças, medos e dúvidas sobre esse assunto na universidade.

Esse trabalho conhece suas limitações, apenas ler um documento ou ter uma disciplina na faculdade não irá fazer do profissional da educação a pessoa mais capacitada na abordagem do assunto, no entanto a não ocorrência de tal fato é essencial para a manutenção da territorialidade heteronormativa e preconceituosa dentro das escolas. Por isso esse presente trabalho traz um alerta sobre a formação docente, já que 85,4% responderam que não tiveram disciplina sobre gênero e sexualidade durante os anos de graduação, porque é essencial que o debate sobre gênero e sexualidade aconteça nas escolas públicas e privadas da educação básica, no entanto, a mera presença nos documentos oficiais não faz sentido sem a presença dessas discussões no espaço privilegiado que é o espaço de formação do professor.

Reafirmamos que é no espaço da faculdade que muitos professores e professoras podem entrar em contato com suas dúvidas, suas indagações a cerca da questão de gênero e da sexualidade, desmistificando muitos mitos que eles próprios possam carregar.

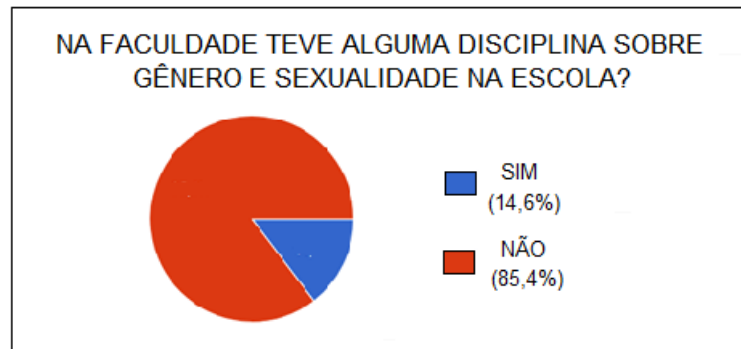


Figura 5 – Consulta sobre formação de professores na temática gênero e sexualidade
Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Encontramos também nessa pesquisa uma parcela pequena (10,8%) de docentes que concordavam com o projeto Escola Sem Partido que nos referimos no início desse trabalho, o que demonstra que há professores que acreditam nesse discurso de uma escola neutra, não ideológica.

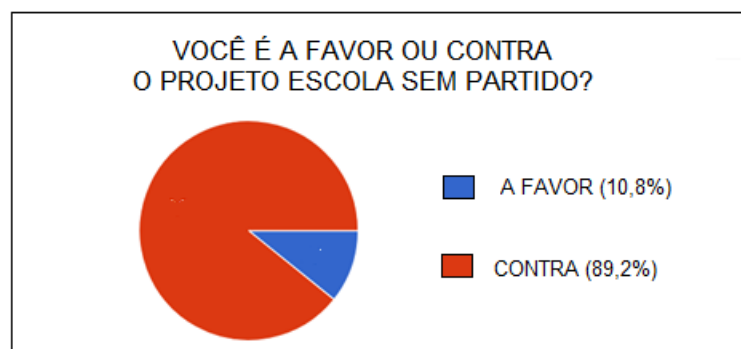


Figura 6 – Consulta sobre aceitação do projeto escola sem partido entre os professores entrevistados
Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Nos próximos dados vamos notar que muitos responderam que concordam com a escola ser um ambiente de discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres, e também sobre a diversidade sexual nas escolas, e isso é importante, que denota que há demanda e a há professores querendo conhecer e debater o assunto, mas que muitos deles não conseguem se sentir seguros, ou a vontade, ou preparados para colocar esse conhecimento em prática.

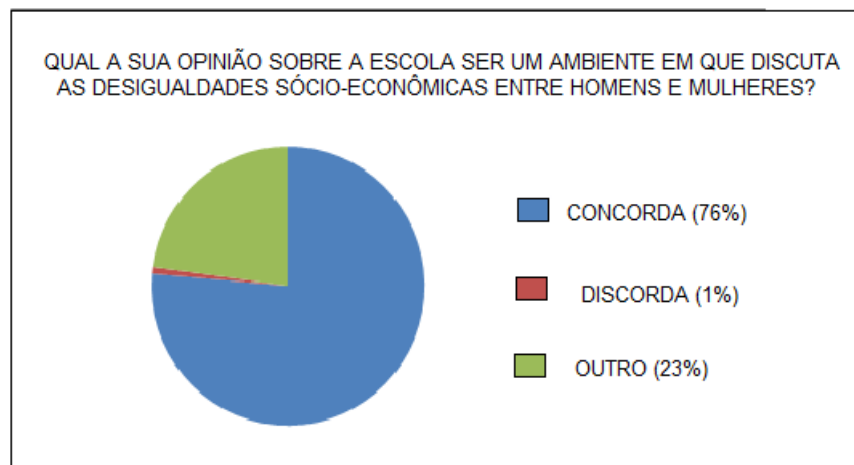


Figura 7 – Consulta sobre ambiente escolar e discussão de desigualdades sócio-econômicas

Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

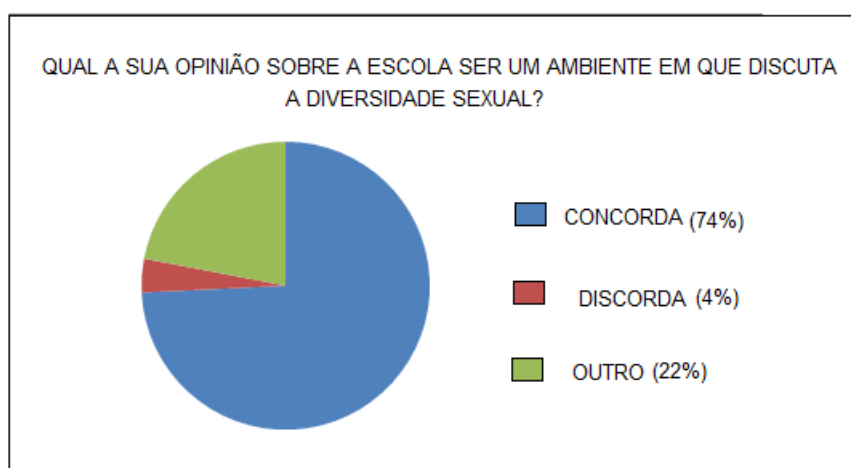


Figura 8 – Consulta sobre ambiente escolar e discussão da diversidade sexual

Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Como esse trabalho vem ressaltando, o currículo não é só matéria, grade, ou disciplina. O currículo é materializado também nos discursos, ações e intervenções dos professores e professoras dentro da sala de aula. É preciso muito mais que não ser homofóbico, machista/misógino dentro de sala de aula, é preciso combater essas ações, é preciso ser anti-homofóbico, anti-machismos dentro da sala de aula e do espaço escolar.

Isso porque um professor e uma professora bem preparada vai ser capaz de observar e captar as micro-agressões e opressões dentro de sala de aula que mantém a estrutura dominante. Ou seja, só um docente bem preparado vai perceber o silêncio das meninas perante as muitas perguntas dos meninos, as brincadeiras

sobre os corpos femininos, as chacotas e piadas sobre os meninos mais afeminados.

Uma palestra sobre diversidade sexual, ou uma aula sobre isso ou aquilo não faz resolver o problema das relações de poder e legitimação das dominâncias de um grupo sobre o outro, o que vai resolver é a intervenção sistemática de momentos de opressão dentro do ambiente escolar e isso só se acontecerá com professores bem preparados capazes de intervir nas situações cotidianas da escola.

No conceito geográfico de território temos que é aquele espaço ou área onde se disputa o poder, portanto é o currículo um território que é a todo o momento um espaço de contestação.

“Se o currículo é aquilo que fazemos com os materiais recebidos então apesar de todos os vínculos desses materiais com relações de poder, ao agir sobre eles, podemos desviá-los, refratá-los, subvertê-los, parodiá-los, carnalizá-los, contestá-los.” (SILVA, 1995, p 189)

Por último queremos citar sobre a pergunta relaciona aos superiores, diretores e coordenadores das escolas. Pensando que diretores e coordenadores de escolas são formados em cursos de pedagogia ou em algum curso ligado a educação, e impressiona os dados de que temos 73% de superiores indiferentes ou que criam empecilhos aos professores que querem abordar o assunto em sala de aula. É preciso que os gestores escolares não reproduzam a homofobia institucionalizada e estruturada nos preconceitos existentes na sociedade. A indiferença também é ideologia, também é currículo que vai ser materializado. Sobre a relação professor-gestor, Arroyo (2013) afirma:

A escola é disputada na correlação de forças sociais, políticas e culturais. Nós mesmos, como profissionais da escola, somos o foco de tensas disputas. Bom sinal, quando os controles gestores se voltam contra os profissionais é sinal de que estes estão se afirmando mais autônomos nas salas de aulas e no ensinar-educar. Estão construindo o currículo. (ARROYO, 2013, p13)

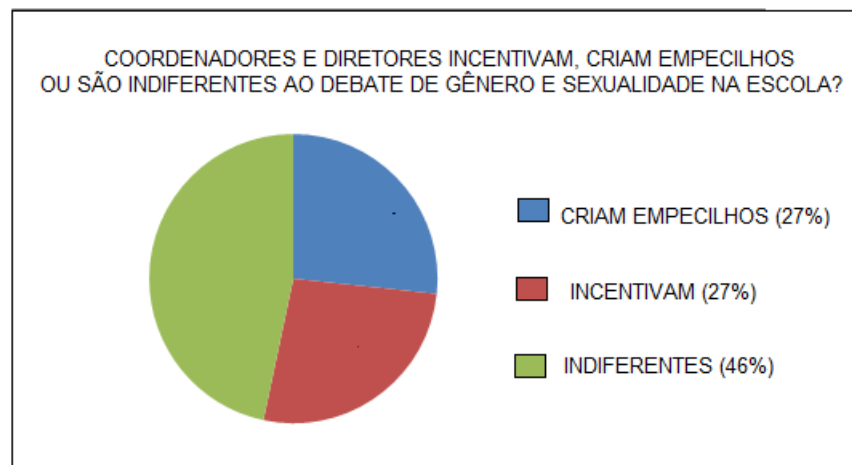


Figura 9 – Consulta sobre relações com diretores e coordenadores na temática de gênero e sexualidade - Elaborado por: MOREIRA, I. M. (2018)

Essa pesquisa que tem seus limites nos faz refletir que a educação e o currículo é um território em disputa não só na educação básica, mas também nos cursos de graduação que acabam formando docentes sem ter entrado em contato com diferentes narrativas e diferentes debates que auxiliariam na segurança dos debates na educação Básica, e percebemos também que mesmo os PCNs o primeiro e único documento nacional já distribuído que trata da temática de gênero e sexualidade um pouco mais ampla não é de conhecimento de uma parcela importante das pessoas que se forma em licenciatura e pedagogia e já dos professores atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parâmetros curriculares nacionais se apresentaram em 1998 como um documento orientador para todas as escolas brasileiras, e se demonstrou progressista quando lançou um documento único sobre a temática de Orientação Sexual, no entanto, limitado, pois esse documento não apresenta formas claras e detalhadas de como fazer a discussão apenas orienta que deve ser feito, não prevê que o estado invista em cursos para os professores se sentirem preparados a discutir esses assuntos em sala de aula e conhecer a melhor maneira de comunicar o assunto e até mesmos materiais que possam ser usados.

Também nos fez refletir a partir de dados apresentados que os PCNs não alcançaram sua proposta e seus objetivos já que ainda há muita discriminação no ambiente escolar no que se refere a gênero e a sexualidade. Por isso a importância de que seja incluída essa discussão desde os cursos de formação de professores até dentro das salas de aulas para que finalmente o ambiente escolar atinja a inclusão de todos na escola, e que esse tema não seja apenas uma pauta transversal, como um conhecimento periférico ou menos importante, e sim como uma centralidade das discussões pedagógicas.

Atualmente o debate sobre educação está nos discursos eleitorais vindo de todos os partidos, num processo de demonização do professor que doutrina crianças, num ato claro de desconhecimento sobre os processos pedagógicos e autonomia do estudante, e para, além disso, reforçando o avanço da visão conservadora sobre as escolas com a criação de leis que objetivam a censura, a proibição e o cerceamento da autonomia do professor prevista na constituição. Acreditamos que se o tema transversal Orientação Sexual fosse debatido e construído nesse ano e nesse contexto ele não seria aprovado como foi em 1998. E nesse contexto do currículo como território nos alertamos sobre a possibilidade de os próximos documentos oficiais, como a BNCC com seus discursos de competências e habilidades reproduzir que estudantes que não se encaixam no universo de disciplinas legitimadas, sejam taxados de incompetentes e inábeis.

Esse processo é o começo da construção do currículo, em sua imaterialidade, como um momento prévio do que pode ocorrer em sua materialização nas escolas brasileiras, seja através das configurações da escola, nos conteúdos dados e nas narrativas dos professores. Então, o currículo é um espaço em disputa, desde os

discursos públicos, passando pelos documentos oficiais até chegar efetivamente nas salas de aulas. Esse espaço é transpassado por inúmeras relações de poder, que convivem juntas ou não. Essas relações de poder se materializam nas escolas, públicas, com a territorialização dos espaços da escola, como a quadra, o banheiro e a sala de aula e por isso aqui chamamos o currículo como um território em disputa.

Analisando os dados recentes sobre discriminação na escola e depoimentos de violências nos espaços escolares, entendemos que é urgente que a temática de gênero e sexualidade esteja posta nos documentos oficiais, nos livros didáticos e nos cursos de formação de professores, pois só assim conseguiremos minimizar as violências sofridas e a evasão escolar desses grupos específicos.

Além disso, o olhar geográfico sobre a escola e a comunidade escolar é essencial no auxílio da compreensão desses espaços territorializados, de grupos dominantes e dominados. A Geografia também entenderá que cada característica específica de cada estudante fará com que cada um tenha uma vivência, caminhos e trajetórias diferentes, sobretudo relações com o lugar muito únicas, desde a escola até as cidades. Sem esse debate população LGBT pode ficar impedida de ocupar e pertencer a um lugar essencial da cidade: a escola, pois é nesse lugar que a criança e o adolescente vão vivenciar suas principais experiências por uma importante parte e fase da vida.

Entendemos que a inclusão do debate sobre a temática de gênero e sexualidade não é suficiente e não pressupõe fim de todas as opressões, mas servem como orientação geral e legitimidade para a abordagem do assunto dentro de sala de aula, todavia sem a formação de professores sobre o conteúdo não poderemos alcançar a educação cidadã, democrática e para democracia, pois entendemos que o professor tem papel central na legitimação das opressões em sala de aula. As leis por si só podem ser incorporadas ou não no ambiente escolar, mas a existência delas permite uma maior pressão aos órgãos públicos que invistam em recursos para pô-las em prática.

As disputas pelos espaços de poder acontecem a todo o momento e os movimentos sociais têm papel de grande relevância nesses embates e que por isso devem ser aliados nas discussões sobre educação porque eles próprios querem estar legitimados nos currículos escolares.

Por fim, esse trabalho fica registrado também como uma tentativa de trazer mais reflexões sobre o tema de gênero e sexualidade na Geografia, que apesar de estar mudando, ainda não abre tantos espaços para essa discussão na ciência geográfica. É preciso que a Geografia seja subversiva, que trate de Geografias subversivas e transgressoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABGLT. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil**. 2016. Disponível em < <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> >
- ALTMANN, H. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente**, Sex., Salud Soc. (Rio J.) no.13 Rio de Janeiro Abril, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>
- ALTMANN, H. **Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero**. *Cad. Pagu* [online]. 2003, n.21, pp.281-315. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200012>.
- ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.575-585. ISSN 0104-026X.
- ARROYO, M. **Currículo Território em disputa**, Ed Vozes, Petrópolis – RJ, 2011.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**, Porto Editora, coleção políticas e práticas, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação **“Parâmetros Curriculares Nacionais”**, Brasília, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação **Indagações sobre o currículo: Diversidade e Currículo**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> (acesso em 08/12/17).
- CHAUÍ, M. **O discurso competente**, Cortez Editora, 1980.
- DUARTE, A. M. CESAR, M. R. A. **Governo e Pânico moral: Corpo Gênero e Diversidade Sexual em tempos sombrios**, Biblioteca Digital de Periódicos, Revista UFPR, **v. 33, n. 66 (2017)**.
- FOUCAUT, M. **A origem do discurso**, 5ª edição, Setembro, 1999, Edições Loyola, SP, 1996.
- HAHN, J. MACHADO, E.J. **A importância do projeto político pedagógico na educação escolar**, Coral, UFSM, disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/068e4.pdf> (acesso em 11/12)
- HOOKES, B. **Ensinando a Transgredir**, Editora, WMF Martins, 2013.
- JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. **“Espaço Escolar e Diversidade Sexual: um desafio às Políticas Educacionais no Brasil”**. Revista de Didáticas Específicas, n. 1, p. 148 - 166, 2009.

LOURO, G. L. **Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**, Cad. Pesqui. no.109 São Paulo Mar. 2000, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000100012> (acesso em 11/12)

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**, 6ª Edição, Ed. Vozes, Petrópolis – Rj, 1997.

LOURO, G. L. **Corpo Escola e Identidade**, Educação e Realidade, 25(2) – 29 – 59 – 75, jul/dez, 2000.

LOURO, G. L. **Educando Corpos e produzindo a sexualidade normal** O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade, 2ª edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** *Psicol. estud.* [online]. 2006, vol.11, n.3, pp.647-654. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>.

NOMURA, Bruno. **Depois da tempestade : A lgbtfobia na escola** (24 min 01 s). In Youtube. Acesso em 30/04. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8&t=1s >

NUNES, C.X. **Geografia do corpo: Por uma geografia da diferença**. Porto Alegre. IGeo/UFRGS. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Reflexões sobre geografia e educação: notas de um debate**, Terra Livre, ____.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P; COSTA, B.P.; SILVA, J.M; ORNAT, M. J; NASCIMENTO SILVA, M. G.S; SILVA, S.M.V. **Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades**. Revista da ANPEGE, v 12. p. 223 -238, 2016

RATTS, Alex Prudêncio. **Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional**. Terra Livre, v. 1, n. 46, p. 114-141, 2018.

SARMENTO, João. **“As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar”**. In: AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João (org.). Geografias do corpo: ensaios de Geografia Cultural. Porto, Figueirinhas, p. 261- 282, 2009.

- SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.
- SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. **Educação & Realidade** - ISSN 0100-3143 (impresso) e 2175-6236 (online) Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> (acesso em 11/12)
- SILVA, J. M. **Gênero e Sexualidade na análise do espaço urbano**, Geosul, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. eISSN 2177-5230.2007
- SILVA, J. M. **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades** / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009
- SILVA, J. M. **A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade**, ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008.
- SILVA, J.M. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**, Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo e identidade social: territórios contestados**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995, p. 190-207.
- SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.